

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

DISTINGUIR & ENRAIZAR NAS MINAS GERAIS: ESTRATÉGIAS SOCIAIS DA ELITE LOCAL DA FREGUESIA DE GUARAPIRANGA (1750-1850)

Gusthavo Lemos^{*}
Luiz Fernando Lopez Rodrigues^{**}

Introdução

Durante o século XVIII e ainda na primeira metade da centúria subsequente, a sociedade portuguesa esteve profundamente marcada pela mobilidade espacial, seja esta mobilidade configurada por movimentações internas em Portugal, seja na forma de emigração, na qual o Brasil e, mais especificamente as Minas Gerais, era receptor privilegiado destes indivíduos. O fato é que – parafraseando Carla Almeida – a migração funcionava como uma *constante estrutural* na sociedade lusitana¹ por motivos intrínsecos àquela sociedade, profundamente relacionados com a propriedade da terra e com as estratégias de partilha e sucessão levadas a cabo pelos proprietários portugueses, principalmente aqueles que viviam na região norte do país, enfaticamente no Arcebispado de Braga. Pressões demográficas, portanto, agiam de forma contundente na vida destes indivíduos e as repercussões destas pressões refletir-se-iam aqui, nas Minas Gerais, contribuindo para a sua configuração sócio-demográfica. Alguns autores, como Donald Ramos, ao identificarem fluxos contínuos de imigrantes portugueses nas Minas Setecentistas e Oitocentistas, entenderam esta repercussão como uma reprodução de alguns padrões demográficos portugueses, quais sejam, a predominância de mulheres livres e o conseqüente alto número de mulheres chefiando *fogos*, baixas taxas de casamento e idades matrimoniais relativamente elevadas e altas taxas de ilegitimidade e exposição infantil².

Atualmente, a historiografia sobre as sociedades portuguesa e mineira setecentistas e oitocentistas e sobre a emigração portuguesa encontra-se já bem estruturada e pode, assim, oferecer sólidas interpretações dos padrões sócio-demográficos de ambas as localidades em

* Graduando da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: gusthavo_lemos@yahoo.com.br

** Graduando da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: luiz.ufv@gmail.com

¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

² RAMOS, Donald. From Minho to Minas: The Portuguese Roots of The Mineiro Family. In: *Hispanic American Historical Review*. nov. 73: 4. North Caroline: Duke University Press, 1993.

questão – o Norte de Portugal e as Minas Gerais, fundamentalmente a sua região aurífera. Nesse sentido, dois estudos podem ser bastante esclarecedores aos propósitos deste trabalho que aqui se apresenta. A elite mineira colonial e imperial, especificamente da freguesia de Guarapiranga – importante área de expansão agrícola e de extração mineral no século XVIII – é nosso objeto de estudo central e os dois estudos abaixo resumidos podem indicar-nos bons caminhos para o entendimento da emigração portuguesa e a concomitante formação e consolidação da elite local de Guarapiranga.

Do outro lado do Atlântico, Maria de Fátima Brandão estudou as estratégias de herança praticadas pela população rural da freguesia de Mosteiro, localizada no Noroeste de Portugal. Brandão identificou para esta freguesia um sistema dominante (porém não único) de transmissão de tipo troncal, associado e conveniente ao tipo predominante de propriedade de terra nessa região: a propriedade enfitêutica. Nesse sistema, o mecanismo de transmissão da unidade produtiva era caracterizado pelo favorecimento de um dos filhos para herdá-la integralmente e, dessa forma, mantê-la indivisa. A consequência fundamental desse tipo de transmissão é a necessidade de formular arranjos compensatórios destinados à satisfação dos filhos não-favorecidos. Brandão aponta três estratégias centrais nessa situação: o estímulo ao celibato feminino, em que a(s) filha(s) do casal seria(m) mantida(s) dentro da casa dos pais; a transmissão *inter vivos* (dotação), a partir da qual o(s) filho(s) ou a(s) filha(s) do casal poderia(m) sair de casa e contrair matrimônio; e, por fim, o incentivo à emigração do(s) filho(s) (geralmente em tenra idade) para o Brasil. A emigração cumpria, aqui, uma função social de alívio da pressão demográfica, funcionando como um mecanismo de vital importância para a manutenção da propriedade agrária.³

No Brasil, vários estudos apontam para o predomínio de homens migrados da região Norte de Portugal em Minas Gerais.⁴ Dentre eles, os estudo de Carla de Almeida mostra-se relevante frente aos objetivos deste trabalho. Almeida, ao identificar a emigração como um *constante estrutural* da sociedade portuguesa, reconstrói a trajetória de vida de alguns migrantes portugueses. A partir de uma listagem dos homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais⁵, a autora constata que a grande maioria dos nomes ali presentes é de homens de

³ BRANDÃO, Maria de Fátima. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal – o caso de Mosteiro no século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.

⁴ Alguns destes estudos são: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*; COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP; 1979; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. Relatório de Pesquisa; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁵ Este documento encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino e foi disponibilizado em formato digital a partir do Projeto Resgate: AHU-Com.Ultra.-Brasil/MG, cx.70, doc.41.

origem portuguesa, mais especificamente, da região Norte. O que a autora quer provar, em última instância – a despeito da análise de Caroline Brettell que enfoca o retorno rápido destes homens portugueses migrados⁶ – é que houve uma forte fixação destes migrantes em Minas e que o enriquecimento por meio das atividades econômicas aqui sobressalentes foi realidade para muitos deles. As conseqüências fundamentais desta fixação realçar-se-ão na conformação demográfica da elite mineira, a saber: entre os nubentes, a predominância de homens de origem portuguesa e mulheres naturais da Capitania de Minas; grande diferença de idade entre o casal; e, finalmente, a tendência à endogamia no grupo.⁷

Mesmo no século XIX, esta migração ainda estava presente, de alguma forma, em Guarapiranga. Grandes proprietários, ao que parece, buscavam casar suas filhas com imigrantes portugueses, prática inserida num universo sócio-cultural em que a solidariedade, os vínculos afetivos e/ou de parentesco, interesses econômicos e, também, o *status* ocupavam lugares importantes. A *endogamia* no interior da elite de Guarapiranga é claramente perceptível nas fontes a que temos acesso até o momento⁸ e, destarte, percebemos que os arranjos matrimoniais e as estratégias endogâmicas – verdadeiros instrumentos de manutenção e ampliação da fortuna – eram marcados por um jogo de interesses mútuos, tanto daqueles portugueses que chegavam e procuravam se enraizar no seio da elite local, quanto daqueles membros da elite já fixados, que procuravam na figura do português, por ora homens letrados e licenciados, *status* para bem casarem suas filhas e, dessa forma, poderem dar continuidade aos negócios e ao prestígio social de que desfrutavam suas famílias.

Naturalmente, entretanto, arranjos matrimoniais e endogamia grupal não eram as únicas estratégias sociais ligadas à manutenção da fortuna empregadas pelas famílias em questão: as práticas sucessórias vinculadas à redistribuição do patrimônio eram estratégias cruciais para o funcionamento da vida familiar desta elite e ocupavam lugares-chave na gama de mecanismos reprodutivos de suas riquezas. Via de regra, a elite agrária da freguesia de Guarapiranga lançava mão de estratégias de transmissão as quais primavam, sobretudo, pela indivisibilidade de suas propriedades produtivas, principais fontes de renda familiar. As estratégias de sucessão representavam, portanto, uma dimensão central da articulação tempo-espácio entre reprodução social e relações inter-pessoais. Deste modo, diferentes formas de transmissão da terra e de outros bens causam impacto sobre diversas variáveis sociais,

⁶ Ver: BRETTELL, Caroline. *Men Who Migrate, Women Who Wait* – population and history in a Portuguese Parish. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

⁷ Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit*

⁸ No tocante à pesquisa das estratégias sociais da elite de Guarapiranga, as fontes privilegiadas de análise são os inventários *post-mortem* e as Listas Nominativas referentes aos anos de 1831-32 e 1838-39.

econômicas e demográficas, como a forma da estrutura familiar, as taxas de migração, de endogamia e de ilegitimidade e a idade provável de casamento.⁹

Há que se frisar que outros meios de distinção social, que não a riqueza, a detenção de grandes porções de terras e de escravos, eram buscados por estes membros da elite de Guarapiranga a fim de firmarem seu poder e hegemonia. A obtenção do título de Familiar do Santo Ofício, cargo da estrutura inquisitorial portuguesa, era um destes meios. Estes oficiais laicos desfrutariam de amplo prestígio na sociedade em que estavam, já que ser agente da Inquisição representava ser “puro de sangue” sem “mácula de sangue infecto” de judeu, índio, mulato ou negro, uma das principais formas de distinção social na sociedade do Antigo Regime.¹⁰ Ao esmiuçar as redes de sociabilidade destes sujeitos, pudemos perceber que alguns destes agentes pertenciam ou estavam inseridos no complexo de relações da elite local de Guarapiranga. É esse ponto – associado à análise das práticas sociais de redistribuição da fortuna e poder da elite em questão – que abaixo se segue, com o fim de demonstrar o que até então captamos do funcionamento desta elite no tocante à preservação e ampliação de sua hegemonia.

A elite de Guarapiranga e as Minas Gerais no panorama econômico do século XIX

Por meio das pesquisas que temos desenvolvido a respeito da freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX – mais especificamente sobre a elite local e suas características sócio-demográficas e econômicas – percebemos que a produção agrícola, sobretudo a da cana de açúcar, era a atividade econômica primordial nas primeiras décadas do século XIX, senão de toda a freguesia, pelo menos dos grandes proprietários de terras e escravos¹¹. Isso não significa que tenha sido a única, já que, mesmo dentro de uma única unidade agrária, pudemos perceber a coexistência de atividades agropastoris, de extração mineral e, também, atividades proto-industriais, majoritariamente a tecelagem.

⁹ GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, Edward P. *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

¹⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: Os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: 2007. Dissertação de mestrado. FFLCH. USP. passim.

¹¹ As atividades econômicas desta elite estão bem próximas àquilo que Costa Filho chamou de *fazendas mistas*. Encontramos em vários inventários bens arrolados referentes às atividades agro-pastoris e de mineração consorciadas numa mesma unidade agrícola. COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

Estas pesquisas colaboraram para descortinar uma região que em pleno período de decadência da economia mineradora, mantinha atividades econômicas bastante complexas e diversificadas, apontando, geralmente, para uma economia mercantil com função de abastecimento das regiões limítrofes e, por vezes, até mesmo uma economia de relevância interprovincial, já que, pelo menos dentre os membros da elite agrária, a produção de açúcar e aguardente era visivelmente escoada para regiões distantes, majoritariamente para o Rio de Janeiro. Congruente a este dinamismo econômico, percebemos claramente a força da utilização da mão-de-obra escrava na produção econômica de Guarapiranga. Essa percepção da força do escravismo e da solidez das atividades econômicas dirigidas, principalmente, pelas elites agropastoris da região conflui em direção à crítica à idéia de decadência da economia e sociedade mineiras. Dentro desta visão de decadência, a primeira metade do século XIX foi vista como um “vazio”, um enclave econômico em meio à prosperidade aurífera do século anterior e ao revigoramento econômico advindo com a intensificação da produção cafeeira em Minas Gerais. Nesse sentido, estudos como os de Martins¹², Libby¹³, Slenes¹⁴ e Lenharo¹⁵, importantes expoentes da historiografia da década de 1980, ao lançarem mão de uma nova gama de fontes e de métodos de análise da história demográfica, ressaltaram o dinamismo e diversificação da economia mineira, a despeito das interpretações anteriores, centradas na idéia de decadência.

Enraizar: estratégias sociais de reprodução da riqueza

Ao acompanharmos as trajetórias familiares dos portugueses que se estabeleceram em Guarapiranga, procuramos reconstruir suas teias de relações. Através desta metodologia, observamos a formação de um padrão de *closure*, estruturado a partir de práticas sucessórias, alianças matrimoniais e de outras estratégias sociais.

¹² MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980. e MARTINS, Roberto Borges. . Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.

¹³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁴ SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

¹⁵ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Para entendermos as estratégias sociais de manutenção e reprodução de riqueza e poder da elite de Guarapiranga, é necessário, primeiramente, que compreendamos como se configuram as disparidades e tensões entre *herança* e *sucessão*.¹⁶ De acordo com o sistema legal vigente no tempo e espaço estudados, *herança* significa o processo igualitário de divisão dos bens, formal e rigidamente estabelecido. O inventário *post-mortem* era o documento destinado à legalização desta partilha. Diferentemente, a *sucessão* corporificava os resultados concretos – e virtualmente inigualitários – da transmissão patrimonial, capazes de alterar a igualdade estabelecida legalmente através dos inventários. Vários eram os mecanismos que possibilitavam este desvio, não apenas fora do sistema legal, mas mesmo em seu interior. Estes mecanismos legais, verdadeiras fissuras do sistema, descortinavam algumas contradições entre o objetivo da partilha igualitária e o direito de beneficiar um dos herdeiros. Esta contradição se realizava por meio da possibilidade de que os indivíduos dispunham de reservar – através do testamento – um terço da parte que lhes cabiam de seus bens próprios, mecanismo denominado *terça*; através, também, da instituição do dote; e, ainda, por outras transações e rearranjos compensatórios *expost* entre os herdeiros.

As estratégias de partilha da elite de Guarapiranga eram, pois, próprias de um grupo social enriquecido, preocupados em manter e acumular ainda mais pecúlios. Por essa razão, assemelhavam-se àquelas detectadas por Carlos Bacellar para a elite açucareira do oeste paulista, em que a necessidade de se conservar as propriedades agrícolas indivisas era uma premissa básica para a manutenção da riqueza e da distinção social. Para tanto, era de fundamental importância a escolha de um herdeiro para assumir o controle da propriedade, mais especificamente, da produção em curso nos engenhos de cana.¹⁷ Mas não só o grupo social mais enriquecido necessitava de estratégias de sucessão para assegurar um futuro confortável a sua geração ulterior: camponeses, pequenos e médios proprietários também lançavam mão de estratégias que não respeitavam a igualdade da partilha prevista pela Lei. Desta vez, contudo, a preocupação convergia não para a preservação da fortuna, mas para a sobrevivência dos herdeiros, visto que a partilha era um elemento ameaçador da ordem estabelecida em uma unidade agrário-familiar e que, para uma família pouco abastada, significava o perigo do desfalecimento da propriedade. Nesse quadro, manter a unidade

¹⁶ Diferenciação estabelecida por DURÃES, Margarida. Necessidades econômicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XX. *Ler História*, 29: 67-88, 1995.

¹⁷ BACELLAR, Carlos. *Os Senhores da Terra* - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana, 13). p.113.

produtiva indivisa era, também, a peça-chave das estratégias, mas seu significado adquiria novo sentido: evitar a ruína da família.¹⁸

Dada a importância do momento da redistribuição da fortuna na vida dos indivíduos coloniais e imperiais, vejamos alguns resultados obtidos a partir do acompanhamento de algumas famílias da elite agrária de Guarapiranga, buscando estabelecer a maneira pela qual transmitiam suas propriedades.

Um caso bastante significativo sobre a preservação da unidade indivisa, principal estratégia da elite agrária de Guarapiranga, é o da família Sande. Quando veio a falecer, em 1807, Antonio Gomes Sande, deixou para sua mulher e seus filhos, entre outros bens móveis e imóveis, a fazenda da Pirapetinga, grande propriedade, com duas sesmarias, dois moinhos de engenho de cana, lavras do morro e 52 escravos. Apesar das partilhas decorrentes dos falecimentos de Antonio G. Sande e de sua esposa, Francisca Clara Umbelina de Jesus (1833), a fazenda e boa parte de sua escravaria aparecem indivisas no inventário de Antonio Pedro Vidigal de Barros (1839), seu genro, casado com duas de suas filhas, primeiro com Teresa Altina e, mais tarde, com Francisca Cândida. Aqui dois elementos que contribuem para a preservação do patrimônio saltam a vista: a não divisão da propriedade entre os herdeiros forçados e a marcante endogamia do sucessor, Antonio Vidigal, com as filhas de Antonio G. Sande. Soma-se a tais estratégias o fato de o único herdeiro do sexo masculino, homônimo de seu pai Antonio Gomes Sande, ter sido destinado ao sacerdócio. Esta atitude conflui com o objetivo de se evitar a pulverização da propriedade produtiva familiar, já que, ao não constituir família, haveria menor possibilidade de o padre Antonio Gomes Sande reclamar maior quinhão na sua herança, ou mesmo de querer disputar pelo posto de sucessor da fazenda da Pirapetinga. Observamos, portanto, no inventário de sua mãe¹⁹, que o padre recebeu não como herança *post-mortem*, mas como doação *inter-vivos* um patrimônio composto de parte de terras da fazenda em questão. Já na Lista de 1838/39, o padre aparece, ao lado de Antonio Pedro Vidigal, como um dos maiores proprietários escravistas do arraial de Guarapiranga, com um plantel composto por mais de 20 escravos.²⁰ Diante desta análise, pudemos levantar a seguinte hipótese para o caso do padre Antonio Gomes Sande: ser um proprietário escravista de relevo, mesmo sem ter-se casado e sem ter sido o herdeiro eleito a chefiar a fazenda de seus pais, é algo que adquire grande importância frente à nossa pesquisa:

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.. p.258-259.

¹⁹ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* de Feliciano Isabel Maria de Oliveira, caixa 74, auto 1569, 1º ofício.

²⁰ Lista nominativa de Guarapiranga de 1838/39. *Flash* 2, pacotilha 32, fogo de Antonio Gomes Sande.

significa que não houve um empobrecimento considerável pós-partilha dos filhos do casaleiro chefe da fazenda da Pirapetinga. Dentro desta hipótese, portanto, a estratégia de favorecimento de um herdeiro e de compensações variadas para os outros, com o intuito de evitar a fragmentação da unidade produtiva, atingira um resultado satisfatório, já que, além de manter a propriedade indivisa nas mãos de um dos herdeiros, garantia uma vida confortável para os outros.²¹

Ao cotejar os dados da tabela abaixo, teremos um panorama um pouco mais amplo da situação de alguns membros da família em questão após a partilha dos bens de seus antecessores:

Tabela 1: Acompanhamento da fortuna das famílias Oliveira-Coelho e Sande²²		
Inventariado e ano do inventário	Monte-mor	Nº de Escravos
Feliciano Isabel Maria de Oliveira (mulher de Domingos Coelho) – 1782	20:302.925	102
Lino Coelho Duarte (filho) – 1830	8:350.350	25
Joaquim Coelho de Oliveira Duarte (filho) – 1833	5:468.732	9
Antonio Gomes Sande (genro, casado com Francisca Clara) – 1807	14:570.959	52
Francisca Clara Umbelina de Jesus (filha, esposa de Antonio G. Sande) – 1830	31:091.530	53
Francisca Cândida de Oliveira Sande (neta, filha de Francisca Clara e Antonio G. Sande) – 1820	6:186.160	6
Antonio Pedro Vidigal de Barros (viúvo de Francisca Clara e casado com Teresa Altina, ambas filhas de Francisca Clara e Antonio G. Sande) - 1839	45:424.315 ½	41

Fonte: Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventários *post-mortem* da freguesia de Guarapiranga.

A tabela acima deixa claro que depois de Feliciano Isabel, esposa de Domingos Coelho, nenhum outro membro da família ou indivíduo a ela agregado atingiu tal patamar de riqueza. Com mais de 20 contos de réis distribuídos entre bens móveis e imóveis, concentrados, principalmente, em escravos e em propriedades territoriais, o inventário de Feliciano certamente foi o mais expressivo ao qual tivemos acesso, em termos de quantidade

²¹ Infelizmente, apesar de recentemente localizados no fórum da cidade de Piranga, até o momento não tivemos contato com os inventários das outras filhas de Antonio Gomes Sande, Antonia Lemes e Feliciano Isabel. Por essa razão, não podemos assegurar que a divisão dos bens do casal Antonio Gomes Sande e Francisca Clara não deixara nenhum herdeiro em grande desvantagem.

²² Tabela parcialmente baseada em uma tabela utilizada por BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (S. João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007. p.125.

de bens. A grandeza do monte-mor de Antonio Pedro Vidigal deve ser, aqui, relativizada, dada a desvalorização da moeda durante o período de 61 anos que separa a confecção de seu inventário e o de Feliciano Isabel. Tendo em vista, pois, esta variação do valor da moeda, optamos por nos basear na quantidade de escravos para examinar a situação econômica dos indivíduos listados na tabela. Vejamos, então, o caso de cada um deles.

Como dito, Feliciano Isabel e seu marido, Domingos Coelho, formaram o casal mais abastado que encontramos, donos de três propriedades rurais e uma urbana e de mais de uma centena de escravos. Sua prole era numerosa, composta por 10 indivíduos, seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Indubitavelmente, isto implicara em um processo mais complicado de partilha dos bens, seja *inter-vivos*, seja *post-mortem*. Tanto o monte-mor mais baixo, quanto a menor quantidade de escravos nos inventários de seus descendentes, indicam que a partilha que se dera após as suas mortes resultara na dispersão da riqueza até então concentrada em três propriedades territoriais. Há que se ressaltar que a dificuldade com que se deparou este casal para partilhar seus bens entre seus 10 filhos, possivelmente, fora amenizada pelo fato de possuírem mais de uma propriedade. Nesse caso a divisão dos bens se torna mais fácil, já que não haveria a necessidade de se atentar para a preservação de uma propriedade que fosse a única fonte de renda da família.

Dos 10 filhos do casal acima citado, constam nesta tabela apenas três: Lino Coelho de Oliveira Duarte, Joaquim Coelho de Oliveira Duarte e Francisca Clara Umbelina de Jesus. Estes indivíduos deixaram como herança para seus herdeiros, patrimônios heterogêneos entre si, o que revela as diferentes trajetórias de vida destes indivíduos. Com um número expressivo de escravos, Lino Coelho – o penúltimo filho de Feliciano Isabel e Domingos Coelho – vivera até seus 50 anos de idade e durante sua vida adulta fora dono de duas propriedades territoriais, uma delas era uma fazenda, denominada Seringa, na qual, assim como seu pai, empenhara-se na cultura da cana e na produção de açúcar; e a outra era um sítio ao lado de sua fazenda, adquirido por compra pouco antes de sua morte, o que pode indicar duas estratégias: ou buscava “a diversificação da experiência inicial, (...) com vistas à expansão dos negócios”²³ e, conseqüentemente, a ampliação da fortuna; ou, ciente de sua enfermidade, adquirira-a com a intenção de poder legar a seus dois filhos propriedades territoriais a partir das quais poderiam garantir seu próprio sustento. Uma vez que Lino era pai de um filho ilegítimo, João Lino – devidamente reconhecido em seu testamento – certamente o sítio seria deixado para ele, enquanto a fazenda ficaria aos cuidados de sua mulher, já que seu filho legítimo, também

²³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op.cit.* p.138.

chamado Lino, tinha apenas cinco anos de idade em 1830. Não sabemos se, em tempos de sua morte, Lino Coelho possuía algum escravo, terra, ou instrumento de trabalho que fora de seus pais, Domingos e Feliciano, mas imaginamos que os bens que recebera por razão de seus falecimentos deram base para que pudesse viver como um membro da elite de Guarapiranga.

Por sua vez, Joaquim Coelho, falecido em 1833 com 66 anos, aparentemente, não tivera a mesma sorte de seu irmão, tampouco de sua irmã mais velha, pois em seu testamento aparecem arrolados apenas 9 escravos e um monte-mor de pouco mais de cinco contos de reis. Se, porém, atentarmos para outros dados levantados nesta pesquisa, veremos que Joaquim Coelho era um respeitado membro da elite de Mariana. Em algum momento de sua vida, Joaquim Coelho mudara-se para Mariana e ocupou vários cargos jurídicos de prestígio, dentre eles o de juiz de paz e órfãos. Além disso, Joaquim Coelho era cavaleiro da Ordem de Cristo e, para tanto, necessitava ser consideravelmente abastado. O relativamente pequeno número de escravos em seu inventário e seu pequeno monte-mor – o menor dentre os arrolados na tabela acima – escondem a característica urbana de seu inventário, em que muitos móveis, roupas e jóias ocupam posições de destaque na descrição dos bens. Joaquim não tivera filhos e instituiu por sua herdeira universal, através das disposições testamentárias, sua mulher, Maria Hemerlinda de Freitas. Por fim, Joaquim declara em seu testamento que sua legítima encontrava-se em poder dos filhos de seu finado irmão Jozé Coelho,²⁴ Jozé, Francisco e Feliciano. Essa afirmação mostra que, por algum motivo, Joaquim não recebera diretamente a herança após o falecimento de seus pais. Nesse sentido, seu enriquecimento aconteceu sem se apoiar nos bens que lhe eram de direito quando do falecimento de seus pais; muito provavelmente, o estudo e o posterior ingresso numa carreira oficial lhe trouxeram riqueza e *status* social. Por outro lado, esta afirmativa revela mais uma vez o não cumprimento do que legalmente havia sido instituído, já que sua legítima que lhe coubera herdar por falecimento de seus pais, não estavam em seu poder.

O caso de Francisca Clara, filha mais velha de Domingos Coelho e Feliciano Isabel, e de seu esposo, Antonio Gomes Sande já foi mais bem explorado aqui. Porém, com essa tabela um novo elemento nos salta a vista: passados 23 anos do falecimento de seu marido, Francisca morre deixando quase o mesmo número de escravos (de 52 cativos em 1807, passa-se para 53) e um monte-mor virtualmente superior. Essa observação é crucial para o entendimento do funcionamento das estratégias de manutenção da riqueza da elite agrária de Guarapiranga e para o que temos afirmado: os membros da elite agrária da região estudada

²⁴ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* de Antonio Pedro Vidigal de Barros, caixa 46, auto 1043, 2º ofício.

lançavam mão de mecanismos capazes de evitar a dispersão do patrimônio familiar, favorecendo um herdeiro, ou como apresenta o caso, mantendo o patrimônio indiviso nas mãos do cônjuge remanescente.

Já o caso de Francisca Cândida, filha Antonio Gomes Sande e primeira esposa de Antonio Pedro Vidigal, é bastante peculiar e nos leva a pensar em uma hipótese principal: o fato de haverem arrolados em seu inventário, em 1820, apenas seis escravos pode ser revelador de uma vida conjugal ainda em fase de estabilização. Não temos registro capaz de nos dizer onde vivia este casal, mas podemos supor que era na unidade agrária dos pais de Francisca, Antonio Gomes Sande e Francisca Clara. Essa suposição ganha peso quando observamos que Antonio Pedro será o sucessor da fazenda da Pirapetinga, pois, pelo menos desde 1831, encabeçava o *fogo* da família Sande. Por fim, vemos que Antonio Pedro Vidigal de Barros falece em 1839 e deixa uma prole composta por 12 filhos, cinco havidos do primeiro matrimônio e sete do segundo. Sendo o herdeiro favorecido da propriedade principal da família Sande, a fazenda da Pirapetinga, e, portanto, o responsável pela indivisibilidade de tal propriedade, Antonio Pedro certamente elaborara estratégias para assegurar o seu bom funcionamento e, também, para garantir a todos os seus filhos um futuro minimamente próspero, digno de um membro da elite. No momento, porém, não temos dados capazes de nos revelar quais foram estas estratégias e até quando a fazenda da Pirapetinga e a família Sande/Vidigal de Barros continuou ocupando seu lugar dentro da elite agrária da freguesia de Guarapiranga.

”Pureza de Sangue”: enraizar por meio da patente de Familiar do Santo Ofício

Ainda no bojo das questões das estratégias de enraizamento social, percebemos que alguns sujeitos da Família Gomes Sande fizeram uso da patente de Familiar do Santo Ofício para se distinguirem na sociedade em que estavam inseridos. Mas o que significava ser um agente da Inquisição lusitana?

Este título de agente do Tribunal surgiu logo que criado os primeiros regimentos da Inquisição em Portugal. O perfil jurídico dos Familiares acompanhou progressivamente a organização da burocracia Inquisitorial. No Regimento de 1613 que se definiram claramente

os pré-requisitos para o cargo e no de 1640 inclui-se finalmente um título específico para estes funcionários da Inquisição.²⁵

Para se conseguir uma patente de Familiar, o candidato deveria se enquadrar em alguns pré-requisitos: demonstrar “*pureza ou limpeza de sangue*”, isto é, ausência de nódoa de “raça infecta” de judeu, mouro, mulato, índio, negro, etc.; não ter contra si rumor de conduta moral desviante, como possuir amantes ou ser preso, a fim de manter sua honorabilidade junto a comunidade que atuaria em nome da Inquisição; e por fim, o postulante deveria possuir posses e viver abastadamente²⁶.

Assim, o candidato teria sua vida investigada pelo Tribunal do Santo Ofício a fim de verificar se o mesmo atendia os pré-requisitos ao cargo. Se aceito, o sujeito passaria a desempenhar um importante papel na vigilância da fé: *Os Familiares atuavam principalmente nos seqüestros de bens, notificações, prisões, e condução dos réus, prestavam serviços aos Comissários – agentes eclesiásticos também “puros de sangue” e de prudência e virtude conhecida - e obedeciam as suas ordens*²⁷.

Como dito, estes oficiais laicos desfrutariam de amplo prestígio na sociedade em que estavam inseridos e alguns deles gozariam de privilégios como isenções fiscais, prerrogativas jurídicas e porte de armas²⁸. Estes agentes com destacados privilégios seriam conhecidos como “Familiares do Número”.

A presença destes funcionários da Inquisição em Minas Gerais no século XVIII esteve diretamente ligada à visibilidade da Capitania: é nos setecentos que há a descoberta do ouro na região e a exploração aurífera leva a uma ocupação sistemática, criando os primeiros ares de uma sociedade urbana no Brasil colonial²⁹.

As notícias da presença dos Familiares na capitania do ouro remetem ao ano de 1718, quando Manuel Dias de Araújo, capitão e vereador da câmara do Rio das Mortes, recebera sua patente. Por outro lado, o último Familiar na região é José Santiago Ferreira, já no ano de 1807, quando a Inquisição já se encontrava na crise derradeira.

²⁵ CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: Edusc Ed., 2006. pp. 42.

²⁶ VAINFAS, Ronaldo.(org). *Dicionário de Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pp.218-220.

²⁷ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op.cit.* pp. 52-55.

²⁸ WADSWORTH, James. Os “Familiares do Número e o problema dos privilégios. IN:FEITLER, Bruno. LIMA, Lana Lage da Gama, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2006. pp. 98.

²⁹SOUZA. Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal ed. 2004. *Passim*.

Segundo Aldair Carlos Rodrigues, *Minas Gerais teve 457 Familiares do Santo Ofício*³⁰, e cerca de 76,83% eram “homens de negócio, mercadores e negociantes”. Essa predominância do setor mercantil como ocupação dos Familiares se dá devido a renda significativa destes sujeitos, pré-requisito para ocupação do cargo, e também por anseio da burguesia cristã-velha buscar uma diferenciação social em relação à burguesia de ascendência judaica, sabidamente envolvida com os ganhos do comércio. Assim, ter uma patente de Familiar era comprovação de “sangue puro”, distinção social da sociedade do Antigo Regime.

Ao lançarmos um olhar atento e no delinear desta rede de sociabilidades da elite de Guarapiranga, constatamos que o capitão-mor Antonio Gomes Sande tinha pelo menos dois antepassados detentores do título de Familiares do Santo Ofício na família: Manoel Gomes Sande, seu tio-avô e um dos patriarcas da família no Brasil, e Bento Gomes Ramos, seu tio em primeiro grau, também sobrinho de Manoel, ambos portugueses, “homens de negócio” e migrados da região do Minho³¹. Apesar da riqueza do filho de sua irmã, Bento Gomes Ramos chega ao fim de sua vida muito pobre, como nos aponta seu inventário³². Todavia, o título de Familiar do Santo Ofício exigia dos seus habilitados um cabedal suficiente para “viver abastadamente”, como já nos referimos. O que percebemos então é que Bento passa por um processo de empobrecimento, já que no momento de sua habilitação, no ano de 1770³³, possuía posses pelo menos razoáveis. Dentro de uma mesma família, de gerações muito próximas, e de relações de aparente personalidade, percebemos situações econômicas opostas.

O abastado capitão tinha ainda relação próxima com outro agente inquisitorial: o Familiar Antonio Carvalho da Motta. Este sujeito falecera em 1801, e deixara Antonio Gomes Sande como testamenteiro e herdeiro. Herdeiro de seus míseros bens, há que se dizer. Os bens arrolados em seu inventário nos mostra sua situação econômica:

Huma caixa de arame com o peso de / três libras e foi visto e avaliado pelos / ditos Louvados na quantia de seis centos / e setenta e cinco reis com o que se sahe
Item huma candea de ferro e foi vista / e avaliada pelos ditos Louvados na quantia de duseiscentos e vinte e cinco reis sahe
Item huma pedra de navalha e foi vis/ta e avaliada pelos ditos Louvados na / quantia de trescentos e setenta e cinco reis
Item três mil quatro centos e oitenta / e sete reis e meio que deve João Vieira Ca/rapina com que a margem sahe Item
*Item nove centos reis que deve Francis/ca mulher do Manoel Teles e se sahe[...]*³⁴

³⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Op. Cit.* p.14.

³¹ AHCM. Registro de Patentes e Provisões, códices 573 e 660.

³² AHCSM. Inventários. Cx110, a2269; 1 of.

³³ AHCM, ibidem.

³⁴ A descrição continua, limitando-se a dívidas que o sujeito deixara para serem quitadas. AHCSM, cx 12 a 416; 1 of.

Assim, percebemos que os exemplos de agentes da Inquisição que viveram no círculo de relações do Capitão-mor Antonio Gomes Sande não foram positivos no âmbito do sucesso financeiro. Além disso, o principal benefício que o título oferecia a esses sujeitos, que era ter sua “pureza de sangue” legitimada pela inquisição e assim desfrutar de prestígio social, perdera sua força no correr da década de 70 do século XVIII, quando Pombal declara o fim de diferenciações entre cristão-novo e cristão-velho, a nível jurídico. Possivelmente estes dois fatores explicam o desinteresse do Capitão em ter uma patente inquisitorial, apesar das facilidades que encontraria em tê-la, pois tinha dois parentes que o fizeram anteriormente. Assim, enraizar-se e provar nobiliarquia por meio do título do Santo Ofício teria efeito diminuto já nos fins do século XVIII.

Deslumbramos, enfim, por meio do desencadear desta rede de relações que pelo menos três dos seis familiares do Santo Ofício que viveram na freguesia de Guarapiranga pertenciam a uma teia de sociabilidade, na qual a família Gomes Sande se apresentava como substantivo desta relação. A nosso ver, o que os unia nos domínios coloniais não era, em suma, a questão da patente inquisitorial, mas sim a relação comercial que desempenhavam em comum, como “homens de negócio”, e também a questão da naturalidade, uma vez que migraram todos de uma mesma região portuguesa, e isso por vezes implicava na constituição de redes de solidariedade, como já anteriormente explicitado.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BACELLAR, Carlos A. P. *Os Senhores da Terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana, 13).

BRANDÃO, Maria de Fátima. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal – o caso de Mosteiro no século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.

BRETTELL, Caroline. *Men Who Migrate, Women Who Wait – population and history in a Portuguese Parish*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

BRÜGGER, Silvia M.J. *Minas Patriarcal: família e sociedade (S. João del Rei, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

- CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: Edusc Ed., 2006.
- COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- DURÃES, Margarida. Necessidades econômicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XX. *Ler História*, 29: 67-88, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, Edward P. *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980. e MARTINS, Roberto Borges. . Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.
- RAMOS, Donald. From Minho to Minas: The Portuguese Roots of The Mineiro Family. *Hispanic American Historical Review*. nov. 73: 4. North Caroline: Duke University Press, 1993.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: Os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo: 2007. Dissertação de mestrado. FFLCH. USP.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal ed. 2004.
- VAINFAS, Ronaldo.(org). *Dicionário de Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pp.218-220.
- WADSWORTH, James. Os “Familiares do Número e o problema dos privilégios. IN: FEITLER, Bruno. LIMA, Lana Lage da Gama, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2006.